



Supremo Tribunal Federal

REC

000246

Ofício n. 2765/2016

Brasília, 7 de março de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador ROMÁRIO DE SOUZA FARIA
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI do Futebol

Medida Cautelar Em Mandado de Segurança n. 34045

IMPTE.(S) : ANTÔNIO OSORIO RIBEIRO LOPES DA COSTA
ADV.(A/S) : MARCOS VON GLEHN HERKENHOF E OUTRO(A/S)
IMPDO.(A/S) : PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO -
CPI DO FUTEBOL
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

(Seção de Processos Diversos)

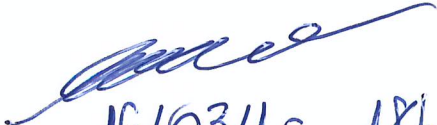
Senhor Presidente,

A fim de instruir o julgamento do processo referido, **notifico** Vossa Excelência para, querendo, prestar as informações sobre o alegado na petição inicial e demais documentos cujas cópias seguem anexas em mídia CD, no prazo máximo de cinco dias.

Atenciosamente,

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora
Documento assinado digitalmente

100


16/03/16 ; 18h08

Supremo Tribunal Federal

MEDIDA CAUTELAR EM MANDADO DE SEGURANÇA 34.045 DISTRITO FEDERAL

RELATORA	: MIN. CÁRMEN LÚCIA
IMPTE.(S)	: ANTÔNIO OSORIO RIBEIRO LOPES DA COSTA
ADV.(A/S)	: MARCOS VON GLEHN HERKENHOF E OUTRO(A/S)
IMPDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI DO FUTEBOL
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DESPACHO

MANDADO DE SEGURANÇA. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO FUTEBOL. QUEBRA DE SIGILO FISCAL E BANCÁRIO. FUNDAMENTAÇÃO. REQUERIMENTO DE LIMINAR. PROVIDÊNCIAS PROCESSUAIS.

Relatório

Mandado de segurança, com requerimento de medida liminar, impetrado em 26.2.2016 por Antônio Osorio Ribeiro Lopes da Costa contra a quebra do seu sigilo fiscal e bancário (Requerimento n. 104/2015), determinada pela Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pelo Senado Federal para investigar “*possíveis irregularidades em contratos feitos para a realização de partidas da seleção brasileira e de campeonatos organizados pela CBF, assim como para a realização da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014*” (Requerimento n. 616/2015).

O caso

2. O Impetrante é ex-diretor financeiro da Confederação Brasileira de Futebol e informa ter a denominada CPI do Futebol aprovado, em 17.2.2016, requerimento de quebra do seu sigilo fiscal e bancário,

Supremo Tribunal Federal

MS 34045 MC / DF

requisitando ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF a apresentação de Relatório de Inteligência Financeira – RIF referente ao período de 17.5.2007 a 27.5.2015.

Alega que “a quebra de sigilo bancário e fiscal ampara-se em fatos abstratos e inidôneos, sem a demonstração de qualquer ato ilegal praticado pelo ora Impetrante” (fl. 9). Argumenta ser evidente “que o objetivo da quebra de sigilo bancário e fiscal ora questionada não é analisar suposta conduta ilegal praticada pelo Impetrante, pessoa física, mas, sim, de auditar a Confederação Brasileira de Futebol – CBF, pessoa jurídica de direito privado” (fl. 11).

Ressalta ser descabida essa pretensão, como assentado em outras impetrações dirigidas contra a mencionada Comissão Parlamentar de Inquérito (Mandado de Segurança n. 33.750, Relator o Ministro Marco Aurélio, medida liminar deferida em 1º.9.2015, DJe 2.9.2015; Mandado de Segurança n. 33.772, Relator o Ministro Marco Aurélio, medida liminar deferida em 11.9.2015, DJe 16.9.2015; Mandado de Segurança n. 33.933, Relator o Ministro Celso de Mello, medida liminar parcialmente deferida em 10.12.2015, DJe 14.12.2015; e Mandado de Segurança n. 34.036, Relatora a Ministra Rosa Weber, medida liminar deferida em 24.2.2016, DJe 29.2.2016.

Assevera que a quebra de sigilo não pode “ser utilizada como instrumento de devassa indiscriminada, contra quem não há qualquer indício/fato concreto e que sequer figura como investigado, somente por ter figurado na Diretoria Financeira de entidade objeto de CPI” (fl. 15).

Informa ter deixado de exercer cargo na diretoria financeira da entidade investigada em agosto de 2013, na tentativa de demonstrar o descabimento da quebra do seu sigilo até 27.5.2015.

Afirma que “o Requerimento n. 104/2015 somente fora expedido contra o Impetrante por ter figurado na Diretoria Financeira da Confederação Brasileira

Supremo Tribunal Federal

MS 34045 MC / DF

de Futebol – CBF e com base em notícia publicada pelo ‘Blog do Paulinho’ que não possui qualquer relação com os fatos investigados na CPI e em matéria da Folha de S. Paulo que o Impetrante sequer foi mencionado” (fl. 16).

Defende a nulidade do ato impugnado e dos ofícios remetidos para seu cumprimento (Ofícios ns. 178/2016, 179/2016 e 180/2016), em afronta aos arts. 5º, inc. X, e 93, inc. IX, da Constituição da República.

3. Requer

“a) Seja deferida a medida liminar, inaudita altera pars, para suspender os efeitos da aprovação do Requerimento n.º 104/2015 no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI do Futebol e, conseqüentemente, dos Ofícios 178/2016, 179/2016 e 180/2016, como forma de garantir o seu direito líquido e certo;

b) A determinação à Impetrada para que adote medidas no sentido de tornar indisponíveis o conteúdo das informações eventualmente já recebidas;

c) A comunicação, com urgência, da decisão liminar ao Senhor Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI do Futebol, ao Presidente do Banco Central do Brasil e ao Secretário da Receita Federal do Brasil;

d) A notificação da Impetrada para, querendo, prestar as informações que julgar necessárias e contestar o mérito da presente ação;

e) A intimação do Órgão Ministerial para sua manifestação;

f) A citação da União, nos termos do artigo 7º, II, da Lei n.º 12.016/09; e

g) No mérito, a concessão da ordem para declarar a nulidade do Requerimento n.º 104/2015 e dos Ofícios 178/2016, 179/2016 e 180/2016, determinando-se a proibição de utilização de eventuais documentos já obtidos pela Impetrada” (fls. 18-19).

4. Distribuído, o processo veio-me em conclusão em 26.2.2016.

Examinados os elementos havidos nos autos, **DECIDO**.

Supremo Tribunal Federal

MS 34045 MC / DF

5. Põe-se em foco no presente mandado de segurança se a ruptura da esfera de intimidade a todos garantida pela Constituição da República, pela quebra do sigilo bancário e fiscal determinada por comissão parlamentar de inquérito, tem motivação hígida.

6. O ato impugnado (Requerimento n. 104/2015) tem o seguinte teor:

“Esta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destina-se a investigar a Confederação Brasileira de Futebol e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014, especialmente possíveis irregularidades em contratos realizados por esses organismos.

O Senhor Antônio Osório Ribeiro Lopes da Costa ocupou, por muitos anos, o cargo de diretor financeiro da CBF, sendo apontado como homem de extrema confiança de Ricardo Teixeira, ex-Presidente da entidade, que avalizou a sua permanência nesse cargo mesmo após a sua renúncia ao comando da entidade, em função de uma série de denúncias de irregularidades à frente da CBF.

Mantido na gestão de José Maria Marin, o Senhor Antônio Osório participou ativamente de negócios nebulosos e sob os quais pairam inúmeros questionamentos e suspeitas, como no caso da compra da nova sede da CBF, no Rio de Janeiro (assunto objeto dos requerimentos ns. 94 e 97 desta CPI, que integram esta Justificação em virtude dos argumentos contidos sobre as possíveis irregularidades na referida transação imobiliária). A eventual participação do Senhor Antônio Osório em irregularidades nessa operação deverá ser investigada por meio dessas informações ora requeridas.

Tal situação é confirmada pelo próprio Marin na ocasião de sua despedida do cargo de Presidente da Confederação Brasileira de Futebol quando, em discurso relatado no sítio eletrônico da entidade, agradece o seu diretor financeiro e administrativo por ter formado a Comissão de Compra do novo prédio:

‘Esse é o maior legado de nossa administração. Com muito esforço, conseguimos tornar realidade o grande sonho da sede própria, digna do prestígio e da grandeza do futebol brasileiro, que, hoje, se orgulha de poder receber em sua casa, com o máximo conforto,